ENGIE BRASIL ENERGIA COMERCIALIZADORA LTDA.

Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

CNPJ Nº 04.100.556/0001-00
NIRE Nº 42 2 0290264-6
Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - Agronômica - Florianópolis – SC – CEP 88025-255

ENGIE BRASIL ENERGIA COMERCIALIZADORA LTDA.
CNPJ nº 04.100.556/0001-00 | NIRE nº 42 2 0290264-6
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31.12.2018	31.12.2017
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	49.660	151.186
Contas a receber de clientes	5	486.453	445.667
Ganhos não realizados em operações de *trading*	8	116.202	-
Outros ativos circulantes		6.544	16.048
		658.859	**612.901**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos judiciais		722	698
Ganhos não realizados em operações de *trading*	8	44.429	-
Outros ativos não circulantes		214	333
		45.365	**1.031**
Imobilizado		**567**	**592**
Intangível	6	**28.467**	**34.483**
		74.399	**36.106**
TOTAL		**733.258**	**649.007**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENGIE BRASIL ENERGIA COMERCIALIZADORA LTDA.
CNPJ nº 04.100.556/0001-00 | NIRE nº 42 2 0290264-6
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31.12.2018	31.12.2017
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	7	371.879	336.619
Outras obrigações fiscais		20.228	23.398
Provisões tributárias	9	177	177
Perdas não realizadas em operações de *trading*	8	98.047	-
Outros passivos circulantes		61	8.099
		490.392	**368.293**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Provisões tributárias	9	103	101
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	14.685	-
Perdas não realizadas em operações de *trading*	8	19.395	-
		34.183	**101**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11		
Capital social		4.200	4.200
Reservas de lucros		204.483	276.413
		208.683	**280.613**
TOTAL		**733.258**	**649.007**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENGIE BRASIL ENERGIA COMERCIALIZADORA LTDA.
CNPJ nº 04.100.556/0001-00 | NIRE nº 42 2 0290264-6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2018	31.12.2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**12**	**4.592.918**	**3.685.073**
Custos da energia vendida			
Compra de energia para gerenciamento do portfólio		(3.541.543)	(3.284.554)
Operações de *trading*		(693.959)	-
Transações no mercado de energia de curto prazo		(51.246)	(157.485)
Amortização de direito de compra de energia		(6.016)	(6.016)
		(4.292.764)	**(3.448.055)**
LUCRO BRUTO		**300.154**	**237.018**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(4.346)	(6.530)
Despesas gerais e administrativas		(598)	(772)
		(4.944)	**(7.302)**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**295.210**	**229.716**
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras		11.066	15.304
Juros sobre valores a receber		3.342	1.835
Outras despesas financeiras, líquidas		(1.752)	(704)
		12.656	**16.435**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**307.866**	**246.151**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	13	(90.020)	(83.752)
Diferido	13	(14.776)	(8)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**203.070**	**162.391**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	31.12.2018	31.12.2017
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**203.070**	**162.391**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**203.070**	**162.391**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENGIE BRASIL ENERGIA COMERCIALIZADORA LTDA.
CNPJ nº 04.100.556/0001-00 | NIRE nº 42 2 0290264-6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31.12.2016		**4.200**	**132.606**	**-**	**136.806**
Dividendos intercalares		-	-	(18.584)	(18.584)
Lucro líquido do exercício		-	-	162.391	162.391
Reserva de retenção de lucros		-	143.807	(143.807)	-
Saldos em 31.12.2017	**11**	**4.200**	**276.413**	**-**	**280.613**
Dividendos intermediários		-	(275.000)	-	(275.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	203.070	203.070
Reserva de retenção de lucros		-	203.070	(203.070)	-
Saldos em 31.12.2018	**11**	**4.200**	**204.483**	-	**208.683**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENGIE BRASIL ENERGIA COMERCIALIZADORA LTDA.
CNPJ nº 04.100.556/0001-00 | NIRE nº 42 2 0290264-6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	31.12.2018	31.12.2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	307.866	246.151
Conciliação do lucro com o caixa gerado nas operações:		
Depreciação e amortização	6.041	6.039
Variação monetária	(22)	103
Juros	(3.342)	(1.806)
Reversão de provisões operacionais	(272)	(114)
Ganhos não realizadas em operações de *trading*	(43.189)	-
Lucro antes dos tributos ajustado	**267.082**	**250.373**
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	(37.171)	(80.569)
Outros ativos	11.596	(19.343)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	35.259	62.589
Outras obrigações fiscais	(3.188)	2.948
Outros passivos	(772)	(2.211)
Caixa gerado pelas operações	**272.806**	**213.787**
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(99.332)	(76.225)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**173.474**	**137.562**
Atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(275.000)	(100.001)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(275.000)**	**(100.001)**
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(101.526)**	**37.561**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	151.186	113.625
Saldo final	49.660	151.186
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(101.526)**	**37.561**
Transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa		
Compensação de imposto de renda e contribuição social	(1.377)	(3.619)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENGIE BRASIL ENERGIA COMERCIALIZADORA LTDA.
CNPJ nº 04.100.556/0001-00 | NIRE nº 42 2 0290264-6
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("EBC" ou "Sociedade"), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 16.10.2000, com prazo de duração indeterminado. A Sociedade tem como objeto social a comercialização de energia elétrica no mercado de livre negociação, incluindo a compra, a venda, a importação e a exportação de energia elétrica e a comercialização de insumos para a geração de energia elétrica, bem como a intermediação de qualquer dessas operações, a prática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades.

Em janeiro de 2018, a Sociedade ingressou no mercado de *trading*, visando auferir resultados com as variações de preço da energia elétrica, dentro dos limites de risco e de contrapartes pré-estabelecidos pela Administração da Sociedade. Mais informações vide Nota 8 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros.

A EBC não tem empregados e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A Administração da Sociedade é conduzida pela controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "EBE"), com a qual mantém contrato de prestação de serviços.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração, quando necessário, baseia-se em julgamentos e estimativas para o registro de certas transações. A principal estimativa utilizada pela Sociedade que afeta suas demonstrações contábeis é o valor justo das operações de *trading*.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 26.04.2019.

NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalente de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Instrumentos financeiros derivativos

São identificados quando: (i) seus valores são influenciados por flutuação das taxas ou preços; (ii) não há um investimento inicial; e (iii) será liquidado em uma data futura.

Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Sociedade correspondem a operações de *trading* de energia, realizadas com o objetivo de auferir resultados decorrentes das variações de preços de mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativo e/ou passivo no balanço patrimonial e mensurados inicialmente e subsequentemente a valor justo.

b) Intangível

São registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio, reduzidos da amortização acumulada apurada pelo método linear. Esses intangíveis possuem vidas úteis definidas com base nos contratos comerciais.

c) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração

No encerramento do exercício, a Sociedade realiza uma análise para determinar se há evidência de que o montante dos ativos de longa duração pode não ser recuperável. Se tal evidência é identificada, a Sociedade procede ao teste de avaliação de recuperação dos ativos (*impairment*).

d) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

e) Transações entre partes relacionadas

As transações de compra e de venda de energia e de prestação de serviços são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

f) Reconhecimento da receita de venda de energia

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente, simultaneamente, recebe e consome os benefícios fornecidos pela Sociedade, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

g) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

São segregados no balanço patrimonial e no resultado entre impostos correntes e diferidos.

g.1) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

g.2) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo "não circulante", independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

h) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Sociedade se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, às operações de *trading*.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos ao valor justo nas demonstrações contábeis. A definição do valor justo dos derivativos da Sociedade exige o uso de metodologias de valoração que podem ser complexas e envolve o uso de estimativas futuras de preços de energia.

i) Novas normas, alterações e interpretações

As principais normas emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e replicadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com vigência a partir de 01.01.2018, são as seguintes:

i.1) CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS 15)

Esse pronunciamento substitui o CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas, e estabelece um novo modelo de reconhecimento e mensuração das receitas de contratos com clientes.

Em conformidade com o previsto na norma, a Sociedade adotou o método retrospectivo para fins de análise, mensuração e reconhecimento dos efeitos de sua aplicação. Como resultado das análises realizadas, não foram identificadas diferenças entre as práticas no que concerne ao reconhecimento e mensuração das receitas da Sociedade, motivo pelo qual não houve a necessidade de se fazer qualquer reapresentação das informações contábeis comparativas.

i.2) CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9)

Essa norma substitui o CPC 38 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração (IAS 39) e estabelece novos requerimentos para : (i) a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução do valor recuperável (*impairment)* de ativos financeiros; (iii) a contabilidade de *hedge;* e (iv) a divulgação das informações.

A adoção do novo pronunciamento não gerou qualquer impacto na classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Sociedade, tampouco na avaliação de *impairment* dos ativos financeiros da Sociedade.

i.3) Interpretações, alterações e revisões de normas

Os seguintes pronunciamentos, vigentes a partir de 01.01.2018, não tiveram nenhum efeito importante sobre as transações realizadas pela Sociedade em períodos anteriores ou posteriores ao início de sua vigência.

- ICPC 21 – Transações em moeda estrangeira e adiantamento (IFRIC 22);

- Alterações no CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações (IFRS 2);

- Alterações no CPC 11 – Contratos de seguro (IFRS 4);

- Alterações no CPC 28 – Propriedades para investimento (IAS 40);

- Alterações no CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (IAS 28); e

- Revisão anual do CPC n° 12/2017 (IASB ciclo 2014-2016).

j) Novas normas, alterações e interpretações com vigência a partir de 01.01.2019

A partir de 01.01.2019, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Sociedade: (i) Alterações no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil (IFRS 16); (ii) Alterações no CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (IAS 28); (iii) Alterações no CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados (IAS 19) – Alterações, reduções ou liquidação de planos; (iv) Alterações no CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9) – Recursos de pré-pagamento com compensação negativa; (v) ICPC 22 – Incertezas sobre tratamentos de tributos sobre o lucro (IFRIC 23); e (vi) Revisão anual do CPC ° 13/2018 (IASB ciclo 2015-2017).

A Sociedade procedeu a uma avaliação inicial sobre a aplicação dessas novas normas e alterações e, não espera impactos significativos em suas demonstrações contábeis pela adoção dos novos requerimentos. A Sociedade não possui contratos que estejam enquadrados no escopo da nova norma de arrendamento mercantil.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2018	31.12.2017
Caixa e depósitos bancários à vista	**1.335**	**4.767**
Aplicações financeiras		
Fundo de Investimento Exclusivo		
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	48.325	146.419
	49.660	**151.186**

A Sociedade é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais.

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2018 e de 2017 foi de cerca de 100,0% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários).

NOTA 5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.12.2018	31.12.2017
Consumidores livres	340.182	349.525
Operações de *trading*	65.733	-
Comercializadoras	48.844	63.416
Transações realizadas na CCEE[1]	31.228	24.005
Distribuidoras	466	8.993
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	(272)
	486.453	**445.667**

[1] Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

O prazo médio de recebimento é de aproximadamente 30 dias, contados do primeiro dia do mês subsequente à venda, exceto os valores de transações realizadas na CCEE, cujo prazo de recebimento é de aproximadamente 45 dias.

A composição dos valores a receber vencidos é esta:

	31.12.2018	31.12.2017
Vencidas até 30 dias	762	2.306
Vencidas há mais de 30 dias	874	272
	1.636	**2.578**

NOTA 6 – INTANGÍVEL

a) Composição

		31.12.2018			31.12.2017
	Período de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Total
Direito de compra	Até 2022	16.140	(8.877)	7.263	8.070
Direito de compra	Até 2023	48.421	(27.217)	21.204	26.413
		64.561	**(36.094)**	**28.467**	**34.483**

Os intangíveis referem-se à aquisição dos direitos de compra de 150 MW médios[2] e 50 MW médios para os períodos de 01.01.2013 a 31.12.2023 e 01.01.2013 a 31.12.2022, respectivamente, os quais estão sendo amortizados no prazo dos contratos.

A ENGIE Brasil Energia, controladora da EBC, é responsável pela fiança corporativa que visa garantir o cumprimento das obrigações previstas no contrato.

O montante de R$ 6.016 foi reconhecido como amortização no resultado dos exercícios de 2017 e 2018.

b) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Sociedade avalia, no mínimo anualmente, a existência de eventos que possam levar à perda de valores não recuperáveis dos intangíveis. Em 2018 e 2017, não houve quaisquer indicativos que resultaram na redução do valor recuperável dos intangíveis da Sociedade.

NOTA 7 – FORNECEDORES

	31.12.2018	31.12.2017
Energia elétrica comprada para revenda	371.188	336.604
Fornecedores de materiais e serviços	691	15
	371.879	**336.619**

[2] As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 8 – GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, a Sociedade segue integralmente as regras do Comitê de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora. Os negócios da Sociedade, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Sociedade vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros, resultando em efeitos em seu resultado.

a.1) Risco relacionado ao preço de energia nas operações de *trading*

A partir de janeiro de 2018, a Sociedade ingressou no mercado de *trading*, com o objetivo de auferir resultados com as variações de preço de energia, dentro dos limites de risco e de contrapartes pré-estabelecidos pela controladora, expondo a Sociedade ao risco de preço desta *commodity*.

Posição patrimonial e ganhos não realizados em operações de *trading* de energia, líquidos

As operações de *trading* são transacionadas em mercado ativo e reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, com base na diferença entre o preço contratado e o preço de mercado das contratações em aberto na data do balanço.

Este valor justo é estimado, em grande parte, nas cotações de preço utilizadas no mercado ativo de balcão, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em menor parte, pelo uso de técnicas de avaliação que consideram preços estabelecidos nas operações de compra e venda e preços de mercado projetados por entidades especializadas, no período de disponibilidade destas informações (Nível 2). A taxa de desconto utilizada para fins de cálculo do valor justo, em 31.12.2018, foi de 7,1%.

Os saldos patrimoniais, referentes às transações de *trading* em aberto em 31.12.2018, estão abaixo apresentados.

	Ativo	Passivo	Ganho Líquido
Classificação no balanço patrimonial			
Circulante	116.202	(98.047)	18.155
Não circulante	44.429	(19.395)	25.034
	160.631	**(117.442)**	**43.189**

Análise de sensibilidade sobre as operações de *trading*

O principal fator de risco que impacta a precificação das operações de *trading* é a exposição aos preços de mercado da energia. Os cenários para análise de sensibilidade para este fator são elaborados utilizando dados de mercado e fontes especializadas.

As análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a instrução CVM nº 475/08, considerando a elevação de 25% e 50% nos preços futuros, aplicados sobre as curvas de mercado de 31.12.2018. Os resultados obtidos são estes:

	Consolidado		
	31.12.2018	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Ganhos (perdas) não realizados em operações de *trading*	43.189	19.581	(4.027)

A variação da taxa de desconto não impacta de forma importante o valor justo apurado, visto a curta *duration* da carteira de *trading* em aberto, a qual é inferior a três anos, motivo pelo qual não foi apresentada análise de sensibilidade.

b) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Sociedade em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras. O histórico de perdas na Sociedade em decorrência de dificuldade apresentada por bancos e clientes em honrar os seus compromissos é praticamente nulo.

b.1) Riscos relacionados às aplicações financeiras

A Sociedade prioriza a aplicação em títulos públicos, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras.

b.1) Riscos relacionados às venda de energia

Como forma de minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica para consumidores livres, comercializadoras e geradoras, a Sociedade exige em garantia padrão a fiança bancário e o CDB caucionado. Para aquelas contrapartes que queiram apresentar outra modalidade de garantia, a Sociedade, através da área de crédito de sua controladora, realiza uma análise e estabelece, de acordo com sua Política de Crédito, as garantias que deverão ser exigidas dessas contrapartes.

Nos contratos de longo prazo firmados com distribuidoras, inclusive os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), a Sociedade minimiza o seu risco de crédito através da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

Os créditos de todos os clientes são revisados anualmente e a sua exposição aos diversos setores da economia é avaliada periodicamente, de modo a manter a diversificação de sua carteira e diminuir a exposição ao risco específico setorial.

c) Risco de liquidez

A Sociedade, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

O caráter gerador de caixa da Sociedade e a pouca volatilidade nos recebimentos e nas obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Sociedade estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

NOTA 9 – PROVISÕES TRIBUTÁRIAS

Os valores registrados no passivo circulante e não circulante correspondem a expectativa de pagamentos de honorários a advogados que defendem a Sociedade em processos de natureza tributária.

O principal processo tributário cujo risco de perda foi avaliado como possível pela Administração e seus consultores jurídicos é o seguinte:

Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)

Refere-se à autuação da Sociedade pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, sob a alegação de que as notas fiscais de venda de energia elétrica a consumidores livres são emitidas no mês seguinte ao do fato gerador. Pelo entendimento do Fisco, essa prática posterga em 1 mês o recolhimento do imposto devido ao Estado. A medição da energia utilizada pelo cliente é realizada pela distribuidora à qual ele está conectado, até o oitavo dia do mês seguinte ao fornecimento. Portanto, somente após a medição é possível faturar a energia consumida pelo cliente. Assim, o procedimento adotado pela Sociedade estaria de acordo com a prática usual do setor elétrico nacional, não merecendo prosperar o entendimento do Fisco do Estado de São Paulo.

Apesar do êxito parcial das defesas apresentadas pela Sociedade, a Administração e seus consultores jurídicos entendem que a totalidade dos lançamentos dos débitos pelo Fisco está comprometida por erro de apuração e embasamento legal, onde a possibilidade de ganho supera o risco de perda. Os autos de infração estão sendo contestados judicialmente pela Sociedade juntamente com seus advogados. O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 31.12.2018, é de R$ 76.955 (R$ 75.038 em 31.12.2017).

Ainda que eventualmente se mantenham parcialmente os autos de infração, a Administração da Sociedade e seus assessores jurídicos entendem que o passivo contingente seria inferior a 10% do valor acima citado, lançado pela fiscalização, que adotou critérios de apuração sem embasamento legal, o que reduziria substancialmente o valor anteriormente informado.

NOTA 10 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O saldo de imposto de renda e a contribuição social diferidos, de R$ 14.685, é consequência, substancialmente, do saldo em aberto de operações de *trading* em 31.12.2018.

NOTA 11 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Sociedade, em 31.12.2018 e 31.12.2017, é de R$ 4.200, representado por 4.200.000 quotas no valor nominal de R$ 1,00 cada uma, das quais 4.199.999 pertencentes à ENGIE Brasil Energia S.A. e 1 de propriedade da ENGIE Brasil Participações Ltda.

b) Dividendos

Em 02.03.2018, 10.07.2018, 19.10.2018 e 17.12.2018, em reuniões das sócias, foram aprovadas por unanimidade as distribuições de dividendos nos montantes de R$ 75.000, R$ 30.000, R$ 120.000 e R$ 50.000, respectivamente, perfazendo o total de R$ 275.000, com base em reserva de retenção de lucros existentes em 31.12.2017. O pagamento destes valores ocorreu em 2018.

c) Reserva de retenção de lucros

A reserva é constituída com base na necessidade de caixa para continuidade das operações da Sociedade. Conforme a disponibilidade de recursos a mesma será destinada para distribuição de dividendos em exercícios futuros.

Em 31.12.2018, o valor de R$ 204.406 (R$ 143.807 em 31.12.2017) foi destinado a essa reserva para fazer frente aos compromissos financeiros futuros da Sociedade.

NOTA 12 – CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2018	2017
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Suprimento e fornecimento de energia elétrica	3.852.751	3.956.529
Operações de *trading*	752.252	-
Transações no mercado de curto prazo	408.292	98.320
Outras receitas	43.369	5.837
	5.056.664	**4.060.686**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(463.746)	(375.613)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**4.592.918**	**3.685.073**

Conforme anteriormente mencionado, a partir de janeiro de 2018, a Sociedade ingressou no mercado de *trading* de energia. Tais operações impactaram a receita operacional bruta em R$ 752.252, sendo R$ 709.063 referentes a receitas realizados no ano e R$ 43.189 de ganhos não realizados em 31.12.2018 nas operações de *trading*.

NOTA 13 – CONCILICAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	31.12.2018		31.12.2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	**307.866**	**307.866**	**246.151**	**246.151**
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa às alíquotas nominais	**(76.967)**	**(27.708)**	**(61.538)**	**(22.154)**
Diferenças permanentes	(114)	(7)	(44)	(24)
	(77.081)	**(27.715)**	**(61.582)**	**(22.178)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(66.216)	(23.804)	(61.576)	(22.176)
Diferido	(10.865)	(3.911)	(6)	(2)
	(77.081)	**(27.715)**	**(61.582)**	**(22.178)**

NOTA 14 – COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Sociedade possui contratos de compra e venda de energia de longo prazo, cujas quantidades contratadas estão demonstradas no quadro a seguir:

Em MW médios	Venda	Compra
2019	2.982	1.270
2020	2.541	790
2021	1.999	603
2022	1.556	562
2023	984	481
2024 a 2028	1.676	817
Demais anos	1.848	1.302
	13.586	**5.825**

NOTA 15 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31.12.2018 e 31.12.2017 os administradores não receberam remuneração nem benefícios, em razão de renúncia a esse direito. Os administradores da Sociedade são remunerados pela controladora direta ENGIE Brasil Energia e as despesas com tal remuneração compõem o preço da prestação de serviços administrativos, descrita a seguir.

b) Valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado

	ATIVO	PASSIVO	
	Contas a receber de Energia	Fornecedores de Energia	Outros
31.12.2018			
EBE	2.983	129.808	574
Conjunto Eólico Campo Largo[3]	-	26.604	-
Geramamoré[4]	-	10.692	-
Conjunto Eólico Trairí[5]	-	10.089	-
ECV[6]	-	9.616	-
Conjunto Eólico Santa Mônica[7]	-	8.955	-
Lages Bioenergética Ltda.	-	2.462	-
	2.983	**198.226**	**574**
31.12.2017	**7.957**	**206.820**	**-**

	Receita de suprimento de energia	Custo com compra de energia	Despesa com serviços de terceiros
31.12.2018			
EBE	41.592	1.889.520	395
Ferrari Termoelétrica S.A.	1.931	-	-
Companhia Energética Estreito	1.602	-	-
Geramamoré	-	128.294	-
Conjunto Eólico Trairí	-	109.871	-
Conjunto Eólico Santa Mônica	-	95.467	-
Conjunto Eólico Campo Largo	-	47.894	-
Lages Bioenergética Ltda.	-	25.436	-
ECV	-	22.563	-
	45.125	**2.319.045**	**395**
31.12.2017	**55.661**	**2.071.542**	**387**

c) Compra e venda de energia

Vendedor	Comprador	Vencimento	Índice de atualização anual	Data base de reajuste	Compromisso Futuro Base 31.12.2018
EBC	EBV	2036	IPCA	Janeiro	2.782.601
Conjunto Eólico Trairí	EBC	2032	IPCA	Janeiro	1.694.984
EBC	CEE	2041	IPCA	Janeiro	449.843
Lages	EBC	2023	IPCA	Agosto	131.035
Pampa Sul	EBC	2019	IGP-M	Julho	3.290
EBC	EBE	2019	IGP-M	Janeiro	905

[3] Composto por 11 parques eólicos, os quais entraram em operação em 2018.
[4] Geramamoré Participações e Comercializadora de Energia Ltda.
[5] Composto pelas Centrais Eólicas Trairí, Mundaú, Guajiru e Fleixeiras I.
[6] Engie Comercializadora Varejista de Energia Ltda.
[7] Composto pelas Centrais Eólicas Santa Mônica, Cacimbas, Ouro Verde e Estrela.

d) Contratos de prestação de serviços

A Sociedade possui contrato com vigência de quatro anos com a controladora ENGIE Brasil Energia, que tem por finalidade a prestação dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira.

O contrato é reajustado anualmente pela variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC). O valor anual contratado é de R$ 409.

e) Avais e fianças

A ENGIE Brasil Energia é avalista e fiadora da EBC, cujo valor total em 31.12.2018 é de R$ 245.297. Os vencimentos das garantias estão programados desta forma: R$ 54.826 em 2019, R$ 69.582 em 2020, R$ 70.582 em 2021, R$ 18.097 em 2022 e R$ 32.210 em 2023.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro 2018, da ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda.).

DIRETORIA EXECUTIVA

Eduardo Antônio Gori Sattamini
Diretor Presidente e Administrativo e Financeiro

José Luiz Jansson Laydner
Direto Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcelo Cardoso Malta
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador - CRC RJ 072259/O-5 T-SC

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Dona Francisca, 260 - sala 1.504
89201-250 - Joinville - SC
Brasil

Tel.: + 55 (47) 3025-5155
Fax: + 55 (47) 3328-5155
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Cotistas e Administradores da
Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2019 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

© 2019 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 26 de abril de 2019

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" SC

Fernando de S. Leite
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

© 2019 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.